

## A retórica da intransigência



Por **CARLOS VAINER\***

*A escala 6x1 desnuda o estado democrático de direita (ou deveríamos dizer da direita?), tolerante com as ilegalidades contra o trabalhador, intolerante frente a qualquer tentativa de submeter os capitalistas a regras e normas*

“a competição dos trabalhadores entre si é o pior lado do atual estado de coisas em seu efeito sobre o trabalhador, a arma mais afiada contra o proletariado nas mãos da burguesia. Daí o esforço dos trabalhadores para anular essa competição por associações, daí o ódio da burguesia em relação a essas associações, e seu triunfo em cada derrota que lhes sobrevém.” (Friedrich Engels)

“O Movimento Sindical, em nome dos trabalhadores brasileiros, propõe à Assembleia Nacional Constituinte a seguinte emenda à Constituição: Artigo 1º — Fica estabelecido que a jornada de trabalho no Brasil será de 40 (quarenta) horas semanais, independentemente da categoria profissional ou do setor de atividade” (Emenda Popular Nº 3 ao Projeto de Constituição da República Federativa do Brasil)

“Turnos de três horas ou uma semana de quinze horas podem resolver o problema por um longo tempo. Pois três horas por dia é tempo suficiente para satisfazer o velho Adão dentro da maioria de nós!”. (John Maynard Keynes)

O debate público provocado pela proposta de emenda constitucional da deputada Erika Hilton (PSOL) para acabar com a escala de trabalho 6x1, na esteira do movimento VAT (Vida Além do Trabalho) liderado pelo recém-eleito vereador carioca Rick Azevedo (PSOL), tem levado a grande mídia corporativa, impressa ou televisada, a oferecer um iluminado palco para que jornalistas, economistas e especialistas de todo tipo ofereçam o espetáculo de seu consenso: não vai dar certo, não funcionará, é inaceitável, é inviável.

Muita gente já chamou a atenção para o fato de que essa encenação não é nova e que os conservadores, os porta-vozes do patronato, desde sempre, cultivam o hábito de advertir a sociedade e os próprios trabalhadores dos riscos de mudanças que pretendam promover, de alguma maneira, melhorias em suas condições de trabalho e de vida.

A justiça exige que consideremos como patrono dessa forma de manifestação do pensamento reacionário Nassau Senior (1790-1864), renomado professor de Economia Política da Universidade de Oxford. Entre suas mais celebradas “contribuições” às ciências econômicas encontra-se a “teoria da abstinência”, segundo a qual a riqueza teria sua origem na privação de consumo: os ricos deteriam riqueza porque haviam virtuosamente aceito abdicar de consumir para acumular, enquanto os pobres viveriam na carência porque, em virtude de uma incontável e imoral volúpia consumista, despendiam toda sua renda no consumo.

O professor de Oxford, convicto malthusiano, também se destacou na defesa da chamada “lei de ferro dos salários”, segundo a qual existiria um fundo fixo para pagamento de salários e os trabalhadores receberiam como remuneração o valor resultante da divisão do montante deste fundo pelo total da população. Assim, se a população aumentasse, como de

fato aumentava, uma lei natural imporia inexoravelmente a redução progressiva dos salários, sendo inúteis e inviáveis quaisquer pretensões de melhoria salarial.

Sua dedicação aos interesses patronais não foi suficiente para que seu nome viesse a frequentar a história do pensamento econômico, não tivesse sido imortalizado justamente por seu mais cáustico e famoso crítico. Assim, embora sem citá-lo explicitamente, no capítulo “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” (*O capital*, Livro I, capítulo XXIV), em que discute como foram criadas as condições da acumulação previamente à implantação das relações sociais capitalistas, Marx escreve: “Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua [do capital] origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico, no entanto, nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar”.

E Marx, ao longo do capítulo, com rica documentação histórica, mostra como, ao invés de resultar de idílico e virtuoso exercício de abstinência, a riqueza foi acumulada nas mãos de poucos graças à expropriação dos camponeses, à legislação sanguinária que obrigou os expropriados a submeterem-se ao trabalho para um patrão, à captura e tráfico de escravizados.<sup>[1]</sup>

## Marx e a “última hora de Senior”

A menção direta e explícita de Marx a Nassau Senior, porém, aparece na 3ª Seção - “A Produção da mais-valia absoluta”, no capítulo sobre A Taxa de mais-valia, em sub-capítulo intitulado “A Última Hora de Nassau Senior”. Antes de expor a tese de Nassau Senior, Marx faz uma rápida apresentação da personagem:

Numa bela manhã do ano de 1836, [Nassau W. Senior](#), afamado pela sua ciência econômica e belo estilo (...), foi chamado de Oxford para Manchester<sup>[ii]</sup> para aí aprender economia política em vez de a ensinar em Oxford. Os fabricantes elegeram-no como esgrimista de serviço contra o Factory Act [Lei Fabril, de 1833], recentemente publicada, e a ainda mais ousada agitação em torno das dez horas. (...) O professor, por sua vez, estilizou a lição recebida dos fabricantes em Manchester no panfleto *Letters on the Factory Act, as it Affects the Cotton Manufacture* [Cartas sobre a Lei Fabril e como ela afeta a Manufatura do Algodão], Londres, 1837. Nele pode-se ler, entre outras, a seguinte passagem edificante”

E Marx prossegue com uma citação de Nassau Senior: “De acordo com a lei atual, nenhuma fábrica que emprega pessoas com menos de 18 anos pode trabalhar mais de 11 1/2 horas por dia, isto é, 12 horas durante os primeiros 5 dias e 9 horas aos sábados. A seguinte análise (!) mostra que em tal fábrica todo o lucro líquido deriva da última hora.” (Marx, 1996, t. 2, p. 339).

Nassau Senior expõe um exemplo com o qual pretendeu demonstrar que, numa jornada de 11 horas e meia, o valor produzido pelo trabalhador nas primeiras 10 horas apenas reporia o valor do capital aplicado (máquinas, matérias primas, salários, etc); a meia hora seguinte supriria a deterioração (amortização) da fábrica e das máquinas. Onde, prova-se o que se queria provar: “se as horas de trabalho fossem reduzidas uma hora por dia [...] o lucro líquido seria destruído”. E as consequências seriam trágicas: o desaparecimento do lucro interromperia a acumulação capitalista, esta interrupção impediria a continuidade do investimento do capital na produção, as fábricas fechariam, os trabalhadores seriam lançados ao desemprego e à miséria.

# a terra é redonda

Marx em poucas linhas desmonta a “demonstração” de Nassau Senior, mostrando que se a jornada fosse reduzida, o capitalista dispenderia menos em matérias primas, instrumentos de trabalho, amortizações, etc. A consequência da redução de uma hora na jornada de trabalho seria uma pequena redução do “lucro” (mais-valia) e não seu desaparecimento.

A história do capitalismo deu razão a Marx e enterrou as teses de Nassau Senior... mas a lógica que presidia à argumentação deste último parece permanecer mais viva que nunca.

## Os epígonos de Nassau Senior

Apresentado como sociólogo especialista em relações de trabalho, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e doutor *Honoris Causa* da *University of Wisconsin* (EUA), José Pastore é peremptório: “a redução da jornada de trabalho como está no projeto em debate no Congresso Nacional não é viável”. Após estimar que esta redução provocaria um aumento de 18% nos “custos do trabalho”, explica que isso “faria com que as empresas tenham pela frente um enorme desafio. Algumas tentariam passar isso para o preço, mas nem todas conseguem. Aquelas que não conseguem talvez tenham que optar pela informalidade, que já é enorme no país, de quase 40%.” (Pastore, 2024)

Ou seja: quem pagaria a conta não seriam os patrões, mas os consumidores, em razão do aumento dos preços, e/ou os trabalhadores, que veriam reduzir-se a oferta de vagas formais de trabalho. Ecoando Nassau Senior, José Pastore profetiza o apocalipse: “uma boa parte [das empresas] simplesmente quebraria. E isso destruiria uma quantidade de [emprego](#) monumental.”

No mesmo diapasão, editorial do jornal *O Globo* pretende jogar água fria no entusiasmo dos defensores da PEC que imaginam “que, para dar conta do trabalho, as empresas contratariam mais funcionários, reduzindo o desemprego”. Nananinanão. Seria bom demais, mas não é isso que aconteceria, “pois os empresários não teriam alternativa senão demitir e o emprego informal cresceria” (*O Globo*, 2024a). Ou seja, o que nos dizem nesta passagem não é que o desemprego aumentaria, mas que encolheria o emprego formal e cresceria o emprego informal; em outras palavras, aumentaria a violação da legislação do trabalho por parte dos empregadores... os mesmos que seguem sendo amplamente beneficiados com desonerações e outras isenções tributárias de bilhões de reais, sem contrapartida alguma.

Não deixa de ser notável que nem o sociólogo da USP, nem o editorialista de *O Globo* admitam a hipótese de que os patrões poderiam vir a ter uma pequena redução de sua taxa de lucro, empregariam mais gente, pagariam mais salários, gerando mais renda, favorecendo o aumento da procura de seus produtos e recuperando ao final a pequena perda inicial. A falta de pejo é de tal ordem que se arvoram, de repente, em defensores dos trabalhadores informais, lembrados não como modelos do tão cultuado empreendedorismo, mas como aqueles que “menos têm direitos trabalhistas” e veriam aumentar as desigualdades que os separam dos trabalhadores formais. Que ardorosos combatentes contra a desigualdade, não é mesmo?!

Deixemos de lado editorialistas e especialistas e vejamos o que nos diz em viva voz o patronato. A Confederação Nacional da Indústria ameaça: “reduzir a jornada de trabalho pode provocar uma onda de demissões”. O presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais prevê “uma quebradeira das pequenas e médias empresas em todo o país”. O vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro vai mais longe e adverte contra o “risco ao crescimento do país”. (Franco, 2024)

## Sobre a evolução da produtividade do trabalho

Vale a pena examinar com mais atenção à maneira como nossos Nassaus Seniores contemporâneos manipulam a discussão acerca da relação entre redução da jornada de trabalho e produtividade do trabalho. Embora haja abundantes evidências de que a redução da jornada de trabalho favoreceu um incremento da produtividade do trabalho em vários países, em virtude do menor desgaste, físico e mental e maior satisfação do trabalhador, o patronato e os especialistas tupiniquins questionam estas evidências, fornecendo exemplos duvidosos do contrário.

Em síntese, o que afirmam é que o aumento da produtividade, caso ocorresse algum, estaria muito longe de poder compensar a elevação de custos em que incorreriam os patrões – de “estratosféricos” 18% segundo o professor da Universidade da USP e da *University of Wisconsin* “(O Globo, 2024a), a mais de 20%, segundo Ulyssea (2024).

Mas ao centrar a atenção na questão da evolução futura da produtividade que decorreria, ou não, da redução da jornada de trabalho, escamoteiam um dado fundamental: a evolução da produtividade do trabalho desde 1988, quando os constituintes rejeitaram a proposta de uma jornada de 40 horas, constante de Emenda Popular nº. 3, subscrita pelo movimento sindical, e inscreveram na Constituição as ainda vigentes 44 horas semanais.

Nas discussões acerca da evolução recente da produtividade do trabalho no Brasil são muitos os dissensos e alguns poucos os consensos. Entre os consensos, merece menção aquele que leva autores das mais variadas opções teóricas e políticas a concordarem que o crescimento da produtividade do trabalho entre nós tem sido pequeno e lento se comparado ao de outros países. Entre os dissensos, o principal é aquele que opõe os ortodoxos, que explicam o baixo crescimento do PIB pela baixa produtividade do trabalho, e aqueles, heterodoxos, que ao contrário, atribuem ao baixo crescimento do PIB a lenta evolução da produtividade do trabalho (Cavalcante & Negri, 2015, vol. 2).

Sejam quais forem as explicações para sua lenta progressão, é fato inegável que a produtividade do trabalho cresceu. Este crescimento teria sido da ordem de 30% entre 1995 e 2021, quando se considera o valor adicionado por hora de trabalho (Veloso et al, 2024). Para o período mais largo de 1981 a 2019 o crescimento teria sido de 40%, sendo que as quedas decorrentes da pandemia começaram a ser recuperadas a partir de 2023 (Veloso et al, 2024).

Assim, mesmo que se aceitassem os prognósticos pessimistas de que os custos subiriam de forma estratosférica e a produtividade permaneceria a mesma ou apenas levemente maior, o fato é que nos últimos 40 anos, desde a Constituição de 1988, a produtividade do trabalho avançou de 30 a 40%, sem que os trabalhadores tenham se beneficiado de reduções na jornada de trabalho.

O *dicionário Caldas Aulete* informa que argumento é o “raciocínio que se pretende baseado em fatos e em relações lógicas (...) usado para se chegar a uma conclusão ou para justificá-la, para convencer alguém de algo” (Aulete Digital). No caso que aqui se discute, a pretensão de basear-se em fatos e relações lógicas certamente não se aplica.

## A retórica da intransigência

Em que se basearia, então, a rejeição da proposta de redução da jornada de trabalho? Sem evidências ou lógica nas quais se apoiarem, o que levaria nossos especialistas, professores tão renomados como foi Nassau Senior a sua época, a rejeitarem mudanças? O que os levaria a prognosticar de que o efeito será o oposto do pretendido? (Ulyssea, 2024).

A resposta a esta pergunta está contida num precioso pequeno livro de autoria de Albert Hirschman (1915-2012) [\[iii\]](#) intitulado *A retórica da intransigência*. De forma rigorosa e consistente, o autor expõe o modelo argumentativo que estrutura o pensamento reacionário, sintetizando-o em três teses principais: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça.

“De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar uma marca”. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior”. (Hirschman, 1992, p.15).

Concentremo-nos na tese da perversidade, pois é a que mais recorrentemente tem sido acionada. Em primeiro lugar, Albert Hirschman destaca que, via de regra, os reacionários raramente confessam sua ojeriza à mudança proposta; ao contrário, geralmente se apressam a declarar sua simpatia e sua concordância com os objetivos visados. Podemos imaginar o tom condescendente e amigável com que anunciam sua concordância com o princípio. “Sim, dizem eles, a proposta é interessante e os objetivos nobres. Todos queremos avançar, não é mesmo? Quem poderia discordar de que as jornadas de trabalho atuais muitas vezes são extenuantes e que seria importante reduzi-las?”.

Imediatamente, porém, vem o contraponto: “O problema, e há que reconhecer que os problemas existem no mundo real, nem sempre é fácil concretizar as melhores intenções e a insistência pode acabar provocando recuos, em vez de avanços.” É exatamente o que nos diz José Pastore: “A motivação é ajudar o trabalhador, mas no fim das contas acaba prejudicando” (*O Globo*, 2024a).

Alguns, mais sinceros, abrem o jogo, como Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, que, no 12º Fórum Liberdade e Democracia, que alardeia: “o Brasil precisa ter uma política pró-empresário”, porque, afinal de contas, “a gente não consegue, aumentando as obrigações dos empregadores, melhorar os direitos dos trabalhadores” (*O Globo*, 2024b).

Albert Hirschman vai ilustrar com vários exemplos os contextos históricos em que os porta-vozes mais qualificados do pensamento conservador contestaram a mudança. Assim, por exemplo, a universalização do direito ao voto, ao invés de favorecer um governo mais representativo e legítimo, abriria o caminho para a submissão da razão e da ordem à ignorância e ao barbarismo das massas.

E como se estivesse participando de nosso debate atual, o autor escreve que é na economia que a tese da perversidade mais se faz presente: “Na economia, mais que em qualquer outra das ciências sociais, a doutrina do efeito perverso está intimamente ligada a um dogma central da disciplina: a ideia de um mercado que se autorregula. Na medida em que essa ideia é dominante, qualquer política pública que tenha por meta mudar os resultados do mercado, tais como preços ou salários, torna-se automaticamente uma interferência nociva em processos benéficos de equilíbrio. Mesmo os economistas favoráveis a algumas medidas de redistribuição de renda e riqueza tendem a considerar as medidas de caráter “populista” (...) como contraproducentes” (Hirschman, 1992, p. 30).

Preciosa e reveladora a citação de Milton Friedman (1912-2006), Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1976 e papa da Escola de Chicago, em cuja cartilha aprenderam o beabá e os segredos do mercado o conhecido Paulo Guedes e renomados especialistas já citados: “as leis do salário mínimo são talvez o caso mais claro que se pode encontrar de uma medida cujos efeitos são precisamente o oposto dos pretendidos pelos homens de boa vontade” (*Capitalism and freedom*, p.31).

## A legalidade no estado democrático de direita

A inconformidade de Milton Friedman e dos neoliberais com a existência de uma legislação fixando um salário mínimo e, de modo mais amplo, de leis que disciplinem as relações de trabalho entre patrões e empregados expressa a convicção de que a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer e que, como todas as demais mercadorias, deve ser livremente comprada e vendida, sem intervenções “espúrias” que restrinjam a liberdade dos indivíduos de contratar. É a isto que chamam de “livre negociação” e é com base na convicção teórica dos economistas e no interesse pragmático dos

patrões que desensarilham suas baionetas para superar o que veem como “rigidez” da legislação, em favor da “flexibilização”.

Ao criticar a “rigidez”, Gustavo Franco<sup>[iv]</sup> aciona a já citada tese da perversidade: “A rigidez nas regras trabalhistas leva à informalidade e segmentações perversas no mundo do trabalho, frequentemente beneficiando uma elite sindical e discriminando minorias e imigrantes <...> Faria muito mais sentido propor algo na direção de mais flexibilidade, e não menos” (Franco, 2024). A proposta de reduzir a jornada, segundo Gustavo Franco, iria na contramão da necessária “flexibilização” da legislação do trabalho, imposta pela reforma da lei trabalhista de Michel Temer e celebrada por ele e seus colegas.

A reforma (Lei No 13.467 de 2017), ocorrida logo após a cassação do mandato da Presidente Dilma Roussef, revogou um conjunto de conquistas consagradas na Consolidação da Lei do Trabalho e “flexibilizou” as condições de contratação e emprego. Ela não cumpriu, entretanto, a promessa de reduzir a informalidade no mercado de trabalho. Muito pelo contrário

Trimestre/Ano	% de empregados carteira assinada no setor privado(*)	% de empregados carteira assinada no trabalho doméstico
2º trimestre de 2016	77,5%	33,0%
2º trimestre de 2024	73,6%	24,7%

(\*) Não inclui os trabalhadores domésticos  
Fonte: IBGE. Indicadores IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2024.

Ou seja: sete anos após a salvadora reforma trabalhista, o percentual de empregados sem carteira assinada aumentou de 3,9% no setor privado e de 8,3% no trabalho doméstico, comprovando que “flexibilização” não passa de fumaça para encobrir a dramática precarização do trabalho.<sup>[v]</sup>

Mas se deixamos de lado a patranha de que seria o excesso de regulação que promoveria o crescimento da informalidade, o que chama a atenção neste tipo de argumento é que ele supõe que uma lei relacionada às relações de trabalho terá como efeito uma decisão ‘racional’ e consciente dos patrões de atuarem ilegalmente, contratando trabalhadores à margem da lei – afinal, é disso que se trata quando se fala de contrato informal, de trabalhador empregado sem carteira assinada.

Se alguém perguntar aos Francos, Pastores, Campos Netos e outros próceres do pensamento reacionário se acreditam que os cidadãos devem cumprir e exigir o cumprimento da lei, sem diferenças de classe, gênero, cor ou religião, certamente responderão que sim, pois são autênticos democratas. Mas, neste caso, eles não apenas afirmam que os patrões descumprirão a lei, como se acomodam com esta infração aberta, deixando claro que, na verdade, somente defendem o cumprimento daquelas leis que não desafiem as leis do livre mercado, estas sim soberanas, impositivas, inquestionáveis, acima das leis dos seres humanos.

E assim avança, entre nós, a implantação do estado democrático de direita (ou deveríamos dizer da direita?), tolerante com as ilegalidades contra o trabalhador, intolerante frente a qualquer tentativa de submeter os capitalistas a regras e normas.

**\*Carlos Vainer** é Professor Emérito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ).

## Referências

Aulete Digital. Disponível em <https://www.aulete.com.br/argumento>.

Cavalcante, Luiz Ricardo & Negri, Fernanda de. *Consensos e Dissensos sobre a Evolução da Produtividade na Economia Brasileira*. Brasília, ABDI/IPEA, 2015, vol. 2.

Engels, Friedrich – 1844. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Edições Afrontamento, 1975 (1844).

Franco, Bernardo de Mello – 2024. “O Coro Ouvido no Debate de 6 x 1”. In: *O Globo*.

Franco, Gustavo – 2024. “Sobre a PEC dos 6 a 1”. In: *O Globo*, 24/11/2024.

Hirschman, Albert O. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

IBGE. Indicadores IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2024. IBGE, ABR-JUN. 2024. Disponível em [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Fasciculos\\_Indicadores\\_IBGE/2024/pnadc\\_202402\\_trimestre\\_caderno.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2024/pnadc_202402_trimestre_caderno.pdf)

Keynes, John Maynard – 1930. “Possibilidades econômicas para os nossos netos”. In: *Ensaio sobre Persuasão*, Nova Iorque: W.W.Norton & Cia., 1963, pp. 358-373. Disponível em [https://www.geocities.ws/luso\\_america/KeynesPO.pdf](https://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf), 30/11/2024

Marx, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Editora Nova Cultural (Os Economistas), 1996 [1867].

*O Globo* – 2024a. “PEC que Impõe Escala de Trabalho 4 x 3 Seria um Erro”. Editorial, *O Globo*, 16/11/2024.

*O Globo* – 2024b. “Jornada 6x1: Governo Elogia a PEC e Campos Neto Critica”. *O Globo*, 15/11/2024.

Pastore, José – 2024. “Reduzir a jornada de trabalho é um impacto econômico. Entrevista de José Pastore a Glauce Cavalcanti”. In: *O Globo*, 16/11/2024.

Ulyssea, Gabriel – 2024. “PEC da Escala de Trabalho Pode Gerar Efeito Inverso”. In, *O Globo*, 17/11/2024.

Veloso, Fernando et al – 2024. *Produtividade do trabalho no Brasil: uma análise dos resultados setoriais desde meados da década de 1990*. In: Blog do IBRE, 22/04/2024. Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/produtividade-do-trabalho-no-brasil-uma-analise-dos-resultados-setoriais-desde-meados-da-decada-de-1990>, 30/11/2024.

Veloso, Fernando et al. “Após fortes quedas em 2021 e 2022, produtividade do trabalho volta a crescer em 2023”. Disponível em <https://portalibre.fgv.br/noticias/apos-fortes-quedas-em-2021-e-2022-produtividade-do-trabalho-volta-crescer-em-2023>.

Wikipedia. Gustavo Franco. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo\\_Franco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Franco).



## Notas

---

[i] Os navios de Liverpool transportaram ao longo do século XVIII cerca de 1.500.000 africanos escravizados. Os prefeitos de Liverpool e suas elites eram traficantes de escravos ou ligados ao tráfico. A cidade foi o principal porto pelo qual entravam o algodão que alimentava a indústria da cidade de Manchester e por onde saíam os produtos manufaturados.

[ii] Um dos principais centros da revolução industrial do século XVIII, Manchester foi apelidada no século XIX de Cotonopolis, pela concentração da indústria têxtil.

[iii] Formado em Economia e Ciência Política pela Universidade de Humboldt, judeu, Hirschman fugiu da Alemanha para escapar ao nazismo. Estudou na Sorbonne e na Escola de Altos Estudos Comerciais, em Paris, tendo-se doutorado em Ciências Econômicas na Universidade de Trieste. Trabalhou no Federal Reserve (Banco Central dos EUA), foi assessor do Banco Mundial e atuou nas universidades de Harvard e Columbia.

[iv] Professor do Departamento de Economia da PUC-RJ e considerado um dos “pais” do Plano Real, Gustavo Franco, foi presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso e é sócio fundador da Rio Bravo Investimentos. Após 28 anos deixou o PSDB para se filiar, em 2017, Partido Novo (Wikipedia).

[v] Isso para não falar da presdigitação legal chamada “pejotização”: ameaçado de desemprego o empregado assalariado aceita transmutar-se em MEI, isto é, em empresa. E nesse formato de “informalidade formalizada” vê seus direitos serem surrupiados. Afinal de contas, diferentemente de trabalhadores e trabalhadoras, empresas, mesmo que seja micros e individuais, não ficam doentes, não engravidam, não se cansam... e, em consequência, não precisam de licença saúde, licença maternidade, férias e outros abusos drasticamente estabelecidos pela rigidez da legislação do trabalho.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**